



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

8 DE JANEIRO: ATAQUE À DEMOCRACIA

Além dos prédios dos três Poderes brasileiros, bolsonaristas golpistas depredaram parte da história e memória do país



Foto: MARCELO CAMARGO | AGENCIA BRASIL



Foto: RICARDO STUCKERT



Foto: MARCELO CAMARGO | AGENCIA BRASIL



Foto: VALTER CAMPANATO | AGENCIA BRASIL



Foto: MARCELO CAMARGO | AGENCIA BRASIL



Foto: SECOM PRESIDENCIA



Foto: VALTER CAMPANATO | AGENCIA BRASIL



Foto: MARCELO CAMARGO | AGENCIA BRASIL



Foto: VALTER CAMPANATO | AGENCIA BRASIL

Entrevista: Letícia Sabatella fala do papel político da sua arte

Pág. 10 e 11

Brasil segue como país que mais assassina e viola direitos de pessoas trans

Pág. 12

Sem anistia aos genocidas

Iniciamos esse editorial lembrando que uma de nossas pautas principais neste ano de 2023 é garantir que o ex-governo de Bolsonaro seja responsabilizado pelo genocídio que provocou em nosso país. Seja por sua irresponsabilidade em lidar com a pandemia de Covid-19, por ignorar os povos indígenas - em especial o povo yanomami que vive uma tragédia humanitária, social e ambiental -, e, também, pelo descaso com as condições de vida da classe trabalhadora em geral, que levou o Brasil a um dos maiores patamares de fome, desemprego e desalento. **SEM ANISTIA aos genocidas!**

Vamos tratar neste InformANDES do que aconteceu no dia 08 de janeiro, quando um grupo organizado de golpistas bolsonaristas vandalizou o Planalto Central, depredando bens públicos e atacando violentamente a democracia. O jornal aborda também o papel das forças de segurança, coniventes com os ataques, e os desdobramentos da tentativa de golpe em Brasília logo após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

No bojo da organização do novo governo, o ANDES-SN sinaliza a preocupação com as indicações e nomeações

ao Ministério da Educação (MEC), considerando que esses nomes representam a associação aos interesses da educação privada e aos conglomerados educacionais, que disputam o fundo público, o que fere diretamente os princípios que defendemos, ou seja, uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

O mês de janeiro é marcado, ainda, pela visibilidade trans, e muito temos que avançar no Brasil para impedir o aumento da violência e opressão às pessoas trans. Acompanhamos com preocupação o caso de nossa colega, a professora Luma, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que tem sofrido perseguições e falta de condições dignas de trabalho para estruturar sua gestão como diretora eleita em um Instituto da universidade.

E não poderíamos deixar de falar de arte e das nossas diferentes formas de fazer luta. Nosso primeiro InformANDES do ano traz uma entrevista especial com a cantora e atriz Letícia Sabatella, que participou do I Festival de Arte e Cultura do ANDES em 2022: A arte respira luta. A luta precisa respirar arte.

**SEM ANISTIA
AOS GENOCIDAS!**

**PELA VIDA DOS NOSSOS
POVOS INDÍGENAS!**

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

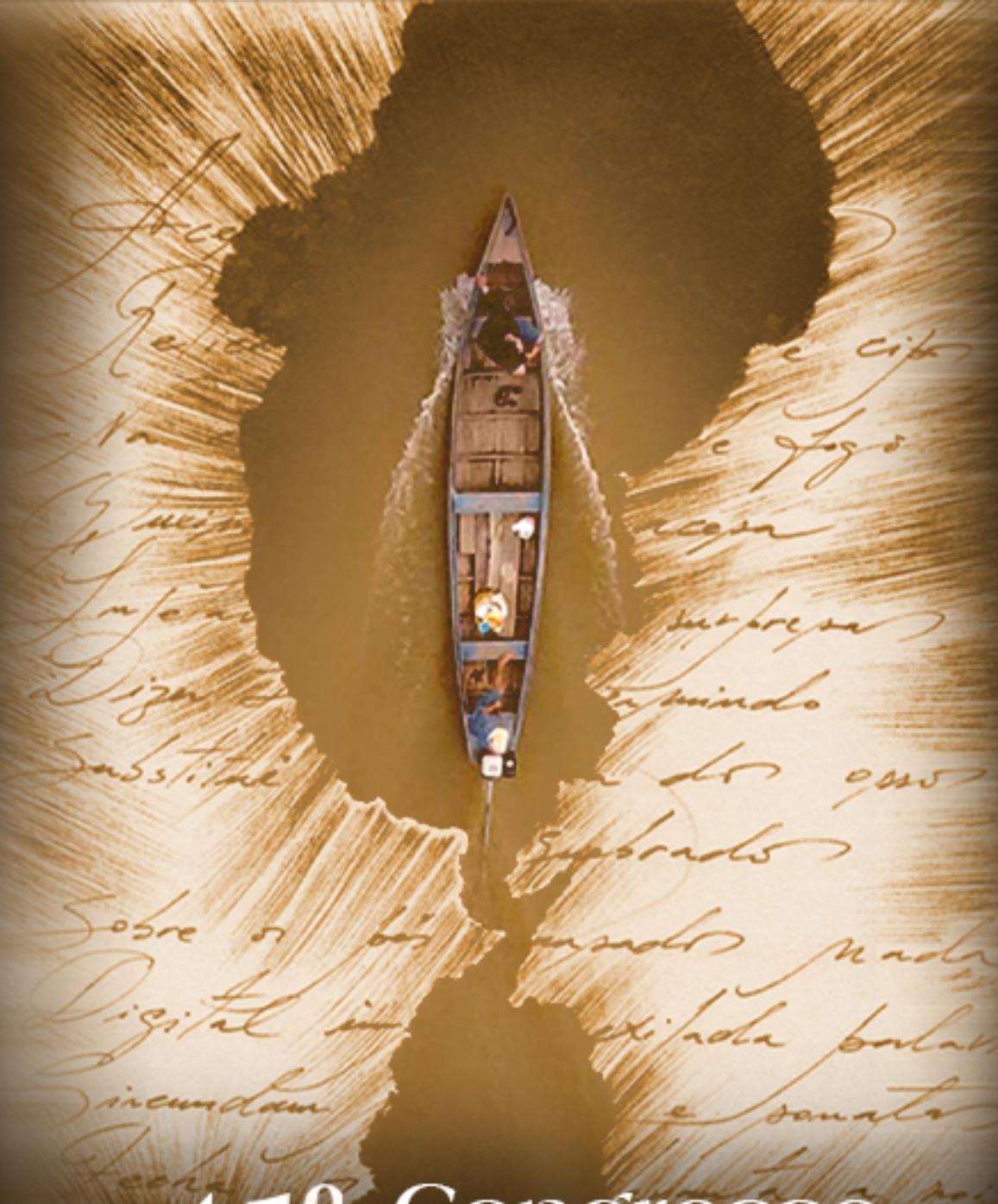
Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciano Beregeno, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens



41º Congresso ANDES-SN

Em defesa da educação pública
e garantia dos direitos da
classe trabalhadora.

6 A 10 DE FEVEREIRO DE 2023
— RIO BRANCO (AC) —



Mobilizar para avançar: a pauta do ANDES-SN e os desafios impostos pelo novo MEC



ANDES-SN esteve presente na posse de Camilo Santana, novo ministro da Educação

Obscurantismo e defesa intransigente dos interesses privatistas na Educação. Essas podem ser duas das características mais recorrentes utilizadas para definir o que foi o Ministério da Educação (MEC) nos anos Bolsonaro, um período marcado por ataques sistemáticos à construção do conhecimento e do saber assentados em bases científicas.

Agora, com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da República, há a perspectiva mínima da retomada do debate pelo fortalecimento da Educação Pública, Universal e Gratuita.

No entanto, em seu primeiro aceno ao setor, Lula entregou o Ministério da Educação ao ex-governador do Ceará, o petista Camilo Santana, o que acende um sinal de alerta devido à excessiva simpatia do escolhido pelos interesses dos oligopólios educacionais privatistas na Educação, como bem avalia o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN.

Ainda que a decisão de derrotar o bolsonarismo nas ruas tenha sido acertada – o que ficou ainda mais explícito após a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro – e o ANDES-SN também ter tido participação destacada na vitória de Lula contra Bolsonaro, o Sindicato, bem como outras entidades do segmento como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), considera ruins as perspectivas diante as indicações para a composição do MEC.

É o que evidencia, por exemplo, a nomeação de Izolda Cela de Arruda como Secretária-Executiva da Pasta. A experiência do Ceará e da cidade de Sobral, que teve Izolda como Secretária de Educação, é apontada por Camilo Santana como um exemplo de bons resultados do que se pretende realizar em toda educação brasileira. Porém, esses “bons resultados” são questionados por especialistas e movimentos populares e sindicais, que apontam uma conexão com perspectivas privatistas ligadas a organizações como “Todos pela Educação” e “Movimento pela Base”.

As críticas também se estendem a outras indicações ao segundo escalão do MEC, como a Secretaria de Ensino Superior (Sesu), que ficou com a atual reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Pires de Carvalho. Em nota, o Sindicato Nacional resgata que a indicada trabalhou por medidas como a gestão privatizante do Hospital Universitário da UFRJ pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e o leilão de grande área do campus Praia Vermelha.

A CNTE também denunciou, em nota, que a indicação para a Secretaria de Educação Básica não representa os movimentos populares que trabalharam na vitória de Lula. A pasta ficou com um quadro que atuou na prefeitura de Manaus (AM), sob o comando de Arthur Virgílio (PSDB), que, segundo a entidade,

perseguir professoras e professores e teve uma gestão repleta de irregularidades.

E as críticas não param aí. Para Mário Mariano Cardozo, 1º vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN e integrante do GTPE, se uma das bandeiras do ANDES-SN é a luta contra a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e seus vínculos com a lógica empresarial de avaliação de organismos internacionais, a indicação de Manuel Palácios para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também agrava o cenário. “Ele foi um dos articuladores, ainda no governo Dilma, de propostas de base curricular que depois se tornaram a BNCC no governo golpista de Michel Temer”, lembra o dirigente.

A composição do MEC inspira cuidados e ações pontuais. Já nos primeiros momentos do novo governo, durante a posse de Camilo Santana à frente do MEC, o ANDES-SN requereu audiência para tratar de pontos considerados estratégicos na pauta geral de reivindicações da categoria docente. Na carta protocolada, foram elencadas prioridades.

A primeira delas é a revogação do Teto de Gastos estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 95/16, entendida pelo ANDES-SN como instrumento de desvio dos recursos públicos para o sistema financeiro. Na carta ao MEC, o Sindicato Nacional também reafirma o compromisso de luta pela ampliação das políticas de cotas em todas as esferas das universidades, institutos federais e Cefets, desde o concurso público, passando pela graduação, pós-graduação, ações de permanência, entre outras.

Construído nas mesmas linhas estabelecidas na Carta aos e às Presidênciaáveis elaborada pelo ANDES-SN a partir de deliberação no 65º Conad e encaminhada em 2022, o documento reivindica também a exoneração dos reitores e das reitoras interventores, indicações de Jair Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino (IFE), bem como o fim da lista tríplice, garantindo prevalência de eleições democráticas com voto paritário ou universal para a escolha de gestores das IFE.

Ainda que o novo Ministério da Educação tenha avançado significativamente no restabelecimento de um debate republicano acerca das políticas educacionais, a mobilização em defesa das pautas do segmento e da Educação Pública é uma necessidade urgente, ressalta Mariano.

Demandas protocoladas no MEC

1. Revogar a EC 95, que impôs o teto dos gastos para as áreas prioritárias, e assumir o compromisso de ampliação do orçamento para educação pública, sem cortes, redução e contingenciamento;

2. Reconhecer e defender a educação pública como um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país e para a garantia de direitos básicos, da cidadania e das liberdades democráticas. Sendo assim, adotar a educação como uma responsabilidade do Estado e não implantar medidas de privatização direta ou indireta;

3. Manter, ampliar e realizar o monitoramento das políticas de cotas, afirmativas de direito e equidade social nas universidades, institutos federais e Cefets, no que se refere à assistência e permanência estudantil, ações de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e concursos públicos para docentes e técnico(a)-administrativo(a)s.

4. Revogar as nomeações de interventore(a)s com garantia de nomeação do(a) mais votado(a)s pela comunidade acadêmica em cada instituição, acabando com o instrumento da Lista Tríplice, em respeito à plena autonomia universitária e promovendo condições para a gestão democrática nas IES;

5. Garantir estrutura das IES com segurança para o retorno presencial e pela construção democrática de um "Plano Sanitário e Educacional: em defesa da vida e da educação", visando a recuperação para toda(o)s a(o)s estudantes afetado(a)s pelas dificuldades durante o período remoto, adequação das estruturas físicas, acesso à ferramentas digitais e condições de trabalho e estudo dignas e sanitariamente seguras;

6. Garantir remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, com reposição das perdas salariais, respeito aos direitos da carreira e reajustes que compensem as perdas acumuladas.

7. Defender o ensino presencial, revogar a Portaria nº 2.117/2019, arquivar o Reuni Digi-

tal não implantação de demais programas que reforcem a educação a distância e a precarização da educação pública;

8. Revogar a implantação da Reforma do Ensino Médio e da Resolução CNE/Cp 02/2019 que altera as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores(a)s para a Educação Básica (BNC formação), que está articulada com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC da educação básica. Esses dispositivos rebaixam a formação universitária do(a)s docentes da educação básica e a formação da juventude em geral;

9. Defender a liberdade de cátedra e o livre pensamento e informação, vedando qualquer forma de censura ou discriminação de natureza filosófica, religiosa, ideológica, política, étnica, de gênero ou orientação sexual;

10. Revogar o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), para que recursos públicos possam ser destinados para a Ciência e Tecnologia desenvolvida em instituições públicas.

11. Revogar as Reformas da Previdência Lei nº 10.666, de 8 de Maio de 2003 e a Ementa Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, contra reformas que comprometeram de forma nefasta as aposentadorias e a Lei 12.618, de 2012 que cria o FUNPRESP, instituindo o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais de cargo efetivo, criando uma divisão entre os servidores, os que tem a uma aposentadoria efetiva e os que estão a mercê do mercado com seus fundos previdenciários.



8 de janeiro: ataque à democracia brasileira



FOTO: MARCELO CAMARGO | AGENCIA BRASIL

Os ataques do dia 8 de janeiro deste ano, promovidos por grupos extremistas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que invadiram e depredaram os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, em Brasília (DF), desencadearam uma série de acontecimentos e reações.

Vestidas e vestidos, em sua maioria, com roupas na cor verde e amarela, as e os golpistas não aceitam o resultado das eleições de 2022, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o novo presidente da República, empossado em 1 de janeiro deste ano. Diziam-se patriotas e defendiam uma intervenção militar (na prática, um golpe de Estado) para derrubar o governo.

Nos vídeos que circulam nas redes sociais é possível ver policiais militares do Distrito Federal conversando com manifestantes bolsonaristas enquanto uma multidão invadia o Congresso Nacional. Em outros, homens das forças de segurança tirando “selfies” enquanto os prédios públicos são depredados.

As e os vândalos roubaram armas e equipamentos eletrônicos e devastaram

gabinetes, documentos, computadores, televisões, janelas, mesas e armários. Obras de arte valiosas e de artistas renomados do mundo inteiro foram destruídas ou furtadas. Foram horas de destruição e omissão das forças policiais.

Rivânia Moura, presidenta do ANDE-SN, classificou como “muito grave” o ocorrido no segundo domingo de janeiro na capital federal. “Consideramos o ataque um grave atentado à democracia, ao povo brasileiro, à nossa história e à vida. O que foi depredado nos atos golpistas não foi somente o patrimônio público, mas sim uma grande parte da nossa história, da nossa memória, do que temos resguardado em um sistema democrático de direito”, avaliou.

Retomada

Somente após horas do início da invasão é que a polícia retomou os prédios do STF e do Palácio do Planalto. O prédio do Congresso foi o último a ser esvaziado, depois das forças policiais usarem cavalaria, jatos d'água e bombas de efeito moral. Do alto, helicópteros também atiraram bombas de gás para

dispersar o grupo. No Supremo, foram utilizados tiros de balas de borracha e bombas. Muitos das e dos golpistas que invadiram e depredaram as sedes dos Poderes, além das roupas na cor verde e amarela, usavam trajes parecidos com os de militares. Centenas de pessoas foram presas no dia e posteriormente.

Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF), as prisões realizadas de 8 a 11 de janeiro resultaram na detenção de 1.382 pessoas que estão alocadas em penitenciárias de Brasília. [Os números foram atualizados no dia 17 de janeiro de 2022.](#)

Até o dia 15 de janeiro, haviam sido realizadas 1.248 audiências de custódia de pessoas presas nos atos de vandalismo do dia 8 de janeiro e no acampamento em frente ao Quartel General do Exército Brasileiro, em Brasília. A informação foi divulgada pela Corregedoria Nacional de Justiça. Um mutirão organizado pela Justiça no DF começou a ouvir as presas e os presos no dia 11 de janeiro, em atendimento à determinação do ministro Alexandre de Moraes, que é relator do processo em que as envolvidas e os envolvidos estão sendo investigados.

ATAQUE A PROFISSIONAIS DA IMPRENSA

Além da depredação dos prédios e patrimônios públicos e da violência contra policiais que atuaram para deter os e as golpistas, ao menos 16 trabalhadores e trabalhadoras da imprensa foram vítimas de agressões durante a cobertura jornalística dos atos de 8 de janeiro, segundo levantamento do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF).

Para a entidade, a violência contra os e as profissionais representa grave atentado à Democracia. “Todos os acontecimentos em curso são resultado da inoperância do Governo do Distrito Federal, de setores da segurança pública e Forças Armadas, que permitiram a escalada da violência e se mostraram coniventes com os grupos bolsonaristas, golpistas, que não respeitam o resultado das eleições, a Constituição e a democracia”, afirmou em nota.

Intervenção

Com a inércia da polícia militar no DF nas primeiras horas dos protestos, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção federal na Segurança Pública do Distrito Federal até o dia 31 de janeiro. O governador Ibaneis

Rocha (MDB) é acusado de ser conivente com os atos antidemocráticos por não ter garantido a segurança e a ordem no DF e, por isso, foi afastado do cargo pelo STF por 90 dias. O interventor federal, Ricardo Cappelli, revelou que há investigações das duas polícias em andamento em relação aos ataques golpistas. Disse, ainda, que policiais militares feridas e feridos no confronto o informaram sobre a existência de pessoas com conhecimento de táticas de combate e com características de profissionais em campo de batalha entre as e os manifestantes.

“Ressaltamos a gravidade na conivência do governo do DF, da Polícia Militar do DF, e o apoio para que esses atos se realizassem de modo agressivo, violento e com total liberdade. A postura do atual governador do DF, que está afastado e assim deve permanecer, foi de apoio para que os atos golpistas acontecessem e revela uma característica que não pode ser de um governante de Estado”, disse Rivânia Moura.

A presidenta também lembrou os anos de luta do Sindicato Nacional, em que docentes saíram às ruas por pautas legítimas, em defesa da democracia e da educação, sem depredar o patrimônio público e sofreram repressão policial.

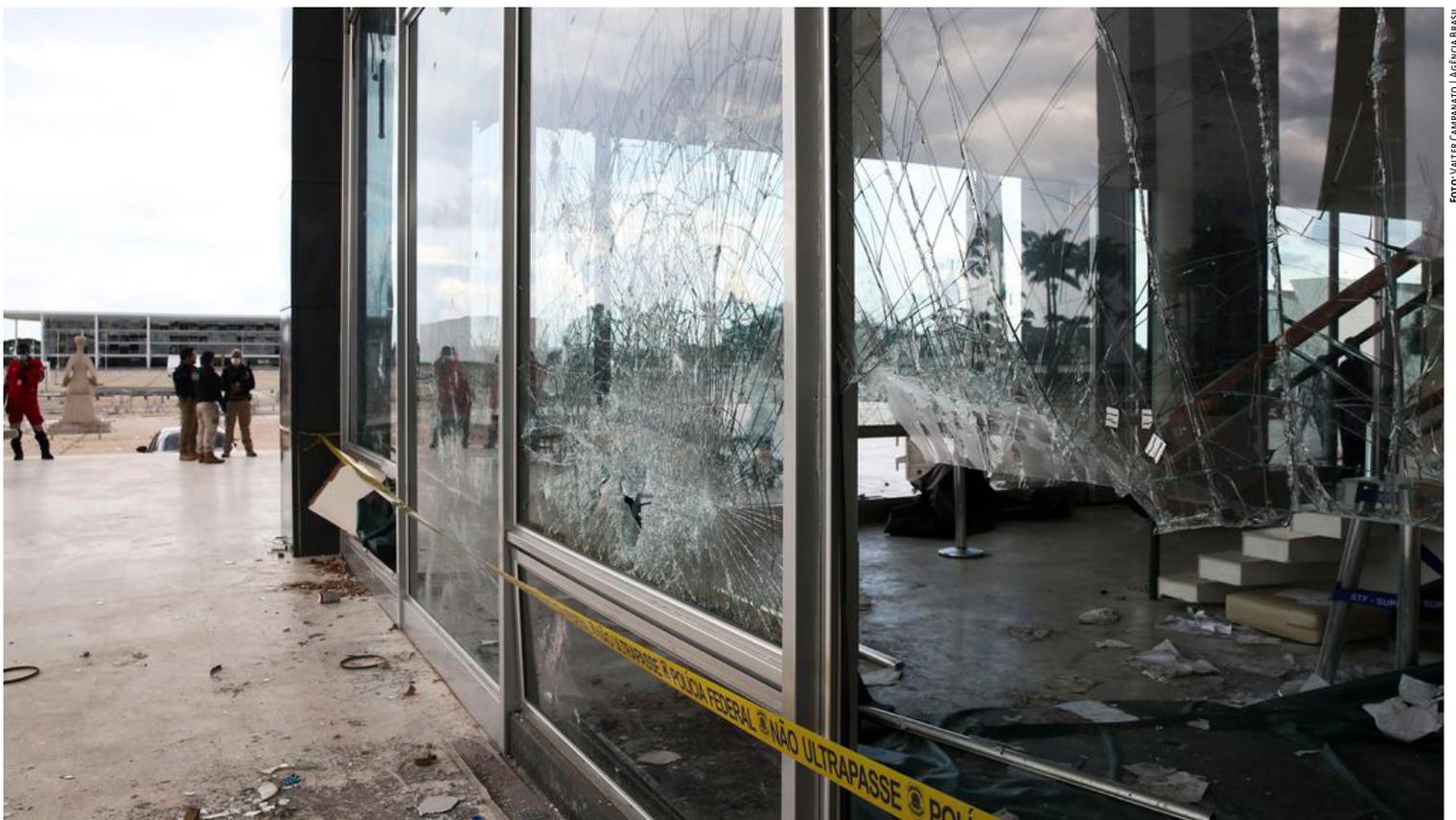
“Nós, que há muitos anos estamos nas lutas e nas batalhas, nunca depredamos patrimônio público, mas já sofremos muita repressão da polícia. Então, foi revoltante e causou indignação ver

aquelas cenas dos policiais ajudando os golpistas a promoverem o quebra-quebra e isso nos deixou em alerta para o sistema de segurança pública que temos e qual queremos. Uma polícia que não preserve apenas o patrimônio público, mas a vida do povo brasileiro. E isso foi colocado em jogo naquele momento dos atentados”, afirmou. “É imprescindível que se faça uma investigação séria e que todos os responsáveis pelos atos golpistas sejam responsabilizados”, completou a presidenta do Sindicato Nacional.

Investigações

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, autorizou a inclusão do ex-presidente da República Jair Bolsonaro na investigação que apura a invasão dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF. A decisão do ministro foi proferida no Inquérito (INQ) 4921 e atende ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). No requerimento, a PGR sustenta que a inclusão de Bolsonaro visa apurar se ele teria incitado a prática de crimes contra o Estado Democrático de Direito por meio de vídeo postado em redes sociais no dia 10 de janeiro e, em seguida, apagado. A postagem reiterava a tese infundada de que houve fraude na eleição do ano passado para presidente da República.

Segundo o ministro, a partir de afirmações falsas, repetidas por meio de redes sociais, se formula uma narrativa que



deslegitima as instituições democráticas e estimula grupos de apoiadores a atacarem pessoas que representam as instituições democráticas, pretendendo sua destituição e substituição por outras alinhadas ao grupo político do ex-presidente. Além disso, se instiga apoiadores a cometerem "crimes de extrema gravidade contra o Estado Democrático de Direito, como aqueles ocorridos no dia 8/1/2023".

Moraes lembrou que Jair Bolsonaro é recorrente nesse tipo de conduta e alvo de outras apurações na Corte, com os inquéritos 4874 - que apura a existência de milícias digitais antidemocráticas -; 4878 - que investiga o vazamento, pelo ex-presidente de dados sigilosos relativos a inquérito conduzido pela Polícia Federal envolvendo as urnas eletrônicas; e 4888 - por propagação de notícias falsas sobre a vacinação.

Em relação ao pedido da Procuradoria para realização de interrogatório de Jair Bolsonaro, o ministro explicou que, diante das notícias de que o ex-presidente não se encontra em território brasileiro, esse requerimento será apreciado posteriormente.

Financiadores

A Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou à Justiça Federal do Distrito Federal o [bloqueio de R\\$ 6,5 milhões em bens de 52 pessoas e 7 empresas que financiaram o fretamento de ônibus para os atos golpistas](#), os quais resultaram na destruição dos prédios públicos na Praça dos Três Poderes.

A quantia deverá ser utilizada para reparar danos causados pela depredação de patrimônio público em caso de

posterior condenação. Além disso, a AGU poderá pedir a ampliação do valor a ser bloqueado na medida em que a contabilização dos prejuízos, que ainda não foi concluída, avance.

A lista dos alvos do bloqueio – que abrange imóveis, veículos, valores financeiros em contas e outros bens – foi elaborada com o auxílio de dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e inclui apenas os que contrataram ônibus apreendidos transportando pessoas que participaram dos atos golpistas.

Já o valor do bloqueio é preliminar, uma vez que, conforme a AGU explicou no pedido de cautelar, os prejuízos causados pelos atos golpistas ainda não foram integralmente calculados. Por enquanto, o montante considera apenas estimativa do Senado Federal de danos de R\$ 3,5 milhões ao seu prédio e da Câmara Federal, cuja avaliação inicial é de prejuízos da ordem de R\$ 3,03 milhões ao edifício da Casa. Ainda não há estimativas para os danos causados nos palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal.



FOTO: WALTER CAMPANATO | AGÊNCIA BRASIL



FOTO: WALTER CAMPANATO | AGÊNCIA BRASIL

COINCIDÊNCIA?

No mesmo dia em que a Praça dos Três Poderes em Brasília foi atacada, torres de transmissão de energia elétrica foram alvos de vandalismo. Entre os dias 8 e 16 de janeiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contabilizou sete ataques em torres em três estados: Rondônia, Paraná e São Paulo. Entre os sete casos, a agência identificou quatro torres derrubadas, três em Rondônia e uma no Paraná.

O Ministério Público Federal (MPF) informou, dia 18 de janeiro, que está investigando se a destruição das torres tem relação com os atos de extremistas realizados na capital federal. A apuração tem o objetivo de viabilizar a atividade coordenada junto ao STF e demais instâncias de atuação do MPF na investigação das condutas relacionadas aos atos antidemocráticos.

Prenúncio

Não foi por desconhecimento e falta de aviso que - em algum momento - bolsonaristas instalados desde o final do ano em frente à quartéis gerais em diversas cidades do país tentariam de novo algo contra o resultado das eleições e à democracia. O cenário de instabilidade política foi deflagrado no dia 30 de outubro

de 2022, algumas horas após a derrota de Bolsonaro.

Grupos de caminhoneiros bolsonaristas fecharam por alguns dias rodovias em diversos estados contra a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. As e os extremistas de direita também realizaram protestos em rodovias federais e, depois da diplomação de Lula, promoveram atos violentos no centro de Brasília. Além disso, a polícia achou materiais explosivos em dois locais da capital federal.

No dia da diplomação do novo presidente da República, 12 de dezembro, o centro da capital se tornou alvo de atos golpistas por parte de extremistas, que tentaram invadir a sede da Polícia Federal, atearam fogo em ônibus e carros que estavam na região, espalharam botijões de gás pelas vias públicas e tentaram jogar um ônibus de um viaduto. Ninguém foi detido na ocasião e até o momento não há informações sobre os responsáveis pelos atos de violência.

Em 24 de dezembro, a PM e o Corpo de Bombeiros do DF foram acionados por um motorista de caminhão que encontrou uma caixa suspeita embaixo de seu caminhão-tanque, estacionado em uma via que dá acesso ao aeroporto de Brasília. Dois dos três homens suspeitos de organizar o atentado já estão detidos.

Um dia antes dos atos antidemocráticos, 7 de janeiro, ao menos cem ônibus fretados, de diversas cidades do país, chegaram à capital federal carregados de bolsonaristas. O acampamento em frente ao Quartel-General do Exército serviu de concentração para os atos antidemocráticos. De lá, partiram em marcha, escoltados pela PMDF, rumo à Esplanada dos Ministérios.

Por trás dos ataques

Além de relatos da presença de pessoas com conhecimento de táticas de combate e com características de profissionais durante os ataques, houve a leniência dos comandos das forças de segurança em mapear os riscos e atuar para deter os e as golpistas.

Uma das grandes críticas e ponto-chave para descobrir como foram orquestrados os atos do dia 8 de janeiro está na atuação do ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres Ibaneis o nomeou para a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) um dia após



Foto: MARCELO CAMARGO | AGENCIA BRASIL

a posse de Lula. Torres viajou de férias com a família para os Estados Unidos um dia antes dos ataques golpistas. Sua prisão foi decretada e ele já se encontra detido em Brasília.

Somando-se a isso, há duras críticas à atuação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sob o comando do ministro-chefe general Marco Edson Gonçalves Dias, que não preparou esquema de segurança para o dia do ataque golpista ao Palácio do Planalto – uma de suas atribuições. O ministro da Justiça, Flávio Dino, confirmou, no dia 17 de janeiro, a suspeita de que houve participação do GSI da Presidência da República nos atos golpistas realizados no dia 8 de janeiro. Durante quatro anos, o GSI se tornou um dos órgãos do bolsonarismo, sob o comando do general Augusto Heleno.

O próprio presidente Lula, em pronunciamento realizado no dia 12 de janeiro, criticou a atuação da segurança do Palácio do Planalto e afirmou que alguém facilitou a entrada das e dos golpistas no local.

Para o presidente, as proporções do ato criminoso foram subestimadas pelas autoridades responsáveis pela segurança: o GSI, o governo do Distrito Federal, a Secretaria de Segurança e a Polícia Militar do DF e o próprio Exército Brasileiro.

Após a tentativa de golpe, Lula ainda tenta administrar a crise deflagrada pelos ataques às sedes dos Três

Poderes. O principal foco de tensão é o Ministério da Defesa, comandado por José Múcio. Novos indícios que mostram que militares podem ter auxiliado ou facilitado a ação de extremistas no dia 8 colocam mais pressão sobre Múcio.

“O ANDES-SN repudia veementemente mais uma tentativa de golpe impulsionado pela extrema-direita como pauta e continuamos reivindicando que nós devemos estar nas ruas em defesa da democracia porque o fascismo, a extrema-direita se combate nas ruas. E o ANDES-SN, acertadamente, desde o início de 2022 vem defendendo que é necessário derrotar o Bolsonaro nas urnas e nas ruas. Já vencemos nas urnas, mas não podemos sair das ruas em defesa da democracia, da vida e do povo brasileiro”, ressaltou Rivânia.

ATOS PELA DEMOCRACIA

Diversas manifestações ocorreram em todo o país com a presença das seções sindicais do ANDES-SN que se juntaram aos movimentos sociais, sindicais e políticos do campo progressista e democrático. Brasília (DF), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Santa Maria (RS), Fortaleza e na região do Cariri no Ceará são algumas das cidades que fizeram manifestações em defesa da democracia.

“Eu não poderia ser um agente cultural se eu não estivesse em contato com o Brasil profundo”

Em entrevista ao InformANDES, Letícia Sabatella fala do papel político da sua arte



Foto: ALEX VASQUEZ

Letícia Sabatella e caravana Tonteria em show durante o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN, na Unila, em Foz do Iguaçu (PR).

A importância da arte e da cultura como instrumentos de resistência dos povos da América Latina e Caribe e também como ferramenta de luta foram temas debatidos durante o evento realizado pelo ANDES-SN na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 6 e 9 de dezembro do ano passado. A atividade abarcou o II Seminário Internacional Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização dos/as Trabalhadores/as, I Seminário Multicampia e Fronteira e o I Festival de Arte e Cultura: Sem fronteiras, a arte respira luta (arte respira luta. Luta respira arte).

Durante os quatro dias, cerca de 150 docentes de seções sindicais de todo o país, mais de 35 convidadas(os) debatedores(as) e mais de 50 artistas envolvidas(os) nas expressões individuais e coletivas participaram dos debates e apresentações. O evento foi encerrado, na noite do dia 9, com show musical de Letícia Sabatella e a Caravana Tonteria.

Após a apresentação, Letícia conversou com a Imprensa do ANDES-SN. Na entrevista, falou sobre a sua visão acerca do tema do Festival, a luta em defesa da educação e sua relação com os povos indígenas, muito presente em diferentes trabalhos da artista. O repertório do show traz, por exemplo, a música “Paroupupti”, com letra em idioma Krahô, uma composição de Sabatella em parceria com Ismael Aprakt.

Além de cantora, Letícia é atriz e cineasta. Em 2008, lançou o filme “Hotxuá – o palhaço sagrado”, que dirigiu junto com Gringo Cardia. O documentário trata da figura do palhaço presente em rituais da etnia indígena Krahô, mais precisamente no ritual Yótyopi.

Confira a entrevista:

InformANDES: O Festival do ANDES-SN abordou a arte e cultura como ferramentas de resistência na América Latina. Qual a sua visão sobre esse papel da arte e da cultura?

Letícia Sabatella: Tudo que eu escolhi fazer foi para pertencer a uma nação, a um ideal de uma nação. E qualquer escolha, qualquer caminho é em função da construção desse país. A gente vai descobrindo, cada um de nós, os nossos limites e a maneira como fazer a nossa parte. E é um aprendizado, né? Assim como vamos aprendendo a viver, a gente aprende a se colocar também na sociedade em vive.

Eu acho que a única coisa que eu faço é isso, ser coerente comigo mesma, com o que eu sou, com o que eu sinto, e com o quanto eu vou aprendendo nesse país. Eu aprendo demais com as idiossincrasias que o formam, com as diversidades que o formam. Sempre me foi objeto de pesquisa tudo que pertence ao mais profundo do nosso país.

Como artista, como é o meu dom e meu caminho, conhecer profundamente a nossa cultura, que é também conhecer linguagens, regiões, modos de vida, conhecer a natureza faz parte disso. Eu não poderia ser um agente cultural no

Brasil se eu não estivesse em contato com o Brasil profundo, com os povos indígenas, com os movimentos sociais, que trazem a história de resistência e de luta contra as injustiças.

E eu vejo que nosso país está em construção, assim como toda cultura viva está em construção. E faz parte sermos agentes, sermos cidadãos, exercitar essa procura por esse ideal de nação, de transformação, de uma sociedade que possa dar conta da sua diversidade e não passar um trator e criar uma monocultura, criar um apaziguamento, [e as pessoas] não compreendendo a riqueza do nosso país.

Acho que a luta maior dos agentes culturais e educacionais é essa formação, essa orientação, essa educação, é de ser farol, para que a gente possa viver e sermos essa sociedade diversa.

Você já esteve presente e em parceria com outros movimentos sociais, inclusive da educação. Em 2016, durante as ocupações estudantis contra a reforma do Ensino Médio, você chegou a visitar escolas e dialogar com estudantes. E, hoje, está participando de um evento de docentes, que lutam em defesa da educação. Qual sua relação com essa pauta?

L.S.: Nós somos esses agentes da Cultura, da Educação, que precisamos ajudar a conscientizar [as pessoas] desse poder cidadão, que existe em cada um de nós. O conhecimento, a história, a memória, a fala de um povo, a sua cultura, a sua arte e a sua música são fundamentais. Não podemos pensar na construção de um país sem ter lugares onde a gente se torne cidadãos e não simplesmente técnicos e ferramentas de um sistema destrutivo. E as universidades são essa pulsão de vida, assim como os agentes culturais também são. É fundamental a festa, para que haja vida, para que haja uma aldeia.

Nos povos indígenas você tem festa todos os dias e é isso que gera a produção, é isso que faz as pessoas terem saúde, a sociedade existir saudavelmente.

Na sua música, você traz a referência indígena. Por que você foi buscar os povos Krahô e como isso toca o teu fazer artístico?

L.S.: Eu recebi um convite de um indigenista para ir conhecer [o povo krahô] e participar de um ritual de batismo. E eu tive essa oportunidade e sempre tive vontade de conhecer mais os povos originários, por exemplo. Sempre fui movida pela curiosidade. Só que, a partir do momento que eu me conectei com eles



Foto: Alex Vazquez

e que vivi quinze dias os rituais que eles vivem, eu passei por várias experiências e fui batizada, eu passei a ser um agente também. E a relação se tornou muito profunda, com amizades muito importantes para mim e, nessa confiança mútua, eles me procuraram, pediram para ajudá-los no resgate das sementes ancestrais deles, em uma ação que estavam fazendo com a Embrapa. Eles haviam perdido as sementes quando o governo resolveu colocá-los para plantar arroz para a exportação durante a ditadura.

Junto com isso, eu comecei a fazer o documentário, o "Hotxuá o palhaço sagrado". E fiquei uns oito anos construindo essa ideia do documentário, fazendo, editando, convivendo com eles e os vínculos se estreitaram ainda mais. Aí, um dia eu precisei retomar a minha parte musical e comecei a ter ideias musicais. E surgiu a ideia musical do "Paroupupti", um jazzinho. Eu não sei por que o jazz vinha muito como ideia musical para mim. E era uma coisa espontânea, eu estava passando por tanto estresse, de uma rotina tão louca e a música surgiu.

Eu comecei a escutar e comecei a gravar. E eu pensei "essa música eu acho que a língua dela tem que ser uma coisa muito onomatopaica". Fui conversar com meu amigo [Ismael] Aprakt, que é o hotxuá, meu mestre, o palhaço sagrado, e pedi ajuda para fazer uma letra para a música. Fui dando umas ideias do que poderia ser e ele fez e mostrou "a letra é essa". Então, eu fiz a música junto com ele, e ela

é muito linda, porque ela fala "Hakmé! [vambora] Krokrok, Kraté, Kairrã! [que são hotxuás] Vambora banhá na cachoeira, mas cuidado com a paroupupti - que é a jararacuçu - porque ela pode pegar".

Na aldeia, com eles, eu aprendi muito essa coisa dos opostos que se equilibram. Sempre existe o tempo do sol e o tempo da chuva. Os opostos que se complementam. A vida é para ser vivida, mas cuidado também que tem a sombra.

Conhecer os Krahô foi como conhecer uma mãe perdida. E a responsabilidade que eu sinto é desse tamanho, de cuidar de uma mãe que está sendo esquecida há muitos e muitos anos por nós, e que é fundamental para a nossa nutrição e para a nossa sobrevivência.

Confira a cobertura do evento:

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para o site:



Brasil continua país que mais assassina e viola direitos de pessoas trans

No mês da Visibilidade Trans, docente denuncia transfobia e assédio na Unilab



Em ato realizado no dia 12, Luma Andrade denunciou perseguição e transfobia na Unilab.

O Brasil continua sendo o país que mais assassina e viola direitos de pessoas trans. É o que aponta Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil (RedeTrans). A informação consta do “Dossiê: Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das pessoas Trans no Brasil”, elaborado pela entidade e que será publicado em 29 de janeiro – data que marca o Dia da Visibilidade Trans.

A Rede Trans Brasil foi a primeira organização brasileira a monitorar, em 2016, os assassinatos e violações de direitos humanos de pessoas trans no país. De acordo com dados preliminares já divulgados pela entidade, o Brasil aparece em primeiro na lista de países da América Latina e Caribe com maior número de vítimas, seguido pelo México, Colômbia, Argentina e Equador.

Ainda de acordo com o dossiê, os espaços físicos em que as pessoas trans sofreram mais transfobia foram banheiros, seguidos de escolas. Segundo a Rede Trans Brasil, 100% das vítimas monitoradas em 2022 foram mulheres trans e travestis.

Destas, 78% eram mulheres trans e travestis pretas e pardas. A maioria das vítimas assassinadas tinha entre 26 e 35 anos; e 81% das pessoas trans assassinadas eram profissionais do sexo.

Dos estados brasileiros com maior número de vítimas, o Ceará aparece em primeiro lugar. É lá onde mora e trabalha a primeira doutora travesti do Brasil, a professora Luma Andrade. Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), na cidade de Redenção, no interior cearense, Luma denunciou no começo de janeiro, em carta pública, ser vítima de assédio moral, perseguição e transfobia na instituição.

Conforme a denúncia, os ataques acontecem desde que a docente se candidatou ao posto de diretora do Instituto de Humanidades (IH) da Unilab e continuaram após sua eleição, resultando no desmonte do Instituto. A situação, conforme Luma, inviabilizou o pleno funcionamento do órgão.

Na denúncia, a professora diz que a direção anterior do IH se negou a realizar a transição para a nova gestão.

Além disso, a reitoria da Universidade teria removido todos os trabalhadoras e todas as trabalhadoras técnico-administrativos (TAEs) do Instituto para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG). E não tende aos despachos solicitando a realocação de servidores e servidoras para o IH.

Em entrevista ao Brasil de Fato do Ceará, Luma disse que a falta de TAEs está prejudicando o empenho de recursos e, conseqüentemente, os projetos do Instituto de Humanidades, que atende hoje 1200 estudantes. “Eu sou professora desde 98 e, mesmo naquela época e até agora, eu nunca havia sofrido nada que impedisse ou desqualificasse o meu trabalho. Estou com duas funcionárias grávidas sobrecarregadas e duas estagiárias para todas as demandas do IH, o maior da Universidade”, explicou.

As denúncias são endossadas por toda a diretoria eleita e pelo Conselho de Unidade Acadêmica do Instituto, que apontam a completa precarização do IH, precarizando o serviço administrativo de todos os cursos e trazendo prejuízo para docentes e discentes. “São ataques que ferem, através de mim, naquilo que pode ser configurado como assédio moral e até mesmo transfobia, as dinâmicas e o funcionamento de um setor institucional universitário que atende aos cursos das Ciências Humanas”, destacou a professora.

Manifestação do ANDES-SN

Em nota divulgada nesta quarta-feira (18), a diretoria nacional do ANDES-SN declarou todo apoio e solidariedade à Luma Andrade, ao mesmo tempo em que repudiou, veementemente, a transfobia e o assédio moral e institucional da Reitoria, assim como desrespeito à democracia universitária.

“O ANDES-SN reafirma seu papel no combate contra todas as formas de opressão e humilhação e vem acolher a luta e a atuação da Prof^a. Dr^a. Luma. Enquanto houver transfobia e assédio, não haverá democracia”, ressalta a nota.

* Com informações do Brasil de Fato - Ceará